

# **A TRAJETÓRIA DO EMPREGO E DA RENDA NA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA A PARTIR DE 1999<sup>1</sup>**

Marlene Marins de Camargos Borges<sup>2</sup>

Antônio César Ortega<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é verificar se a recuperação do mercado de trabalho a partir de 1999, principalmente no setor industrial, ocorre também no ABC Paulista, qual a dimensão desse processo e, em um contexto de baixo crescimento econômico analisar a relação dessa recuperação com o processo de concertação territorial no ABC enquanto alternativa para a crise vivenciada pela região na década de 1990. Nesse sentido, a análise proposta deve considerar o contexto de adoção da perspectiva de desenvolvimento territorial via consórcio intermunicipal e demais estruturas de governança criadas no ABC para apreender as suas implicações no mercado de trabalho na região. Dessa forma, utiliza-se da base de dados RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e levantamento de documentos oficiais junto às instituições intermunicipais do ABC.

**Palavras-chave:** desenvolvimento territorial, emprego, renda, indústria, ABC Paulista.

**Abstract:** The aim of this study is to verify if the recovery of the work market as of 1999, principally in the industrial sector, there is also the São Paulo ABC region, what is the size of this process and, in a context of low economic growth to analyze the relationship of the recovery with the process of reaching territorial consensus in ABC as an alternative for the crisis experienced by the region in the 1990s. In the sense, the proposed analysis should consider the context of adopting the perspective of territorial development by the way of inter-municipal consortium and other governance structures created in the ABC to understand the implications in the labor market in the region. Thus, it uses the database RAIS of the Labor Department (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) survey of official documents from intermunicipal institutions of ABC.

**Keywords:** territorial development, employment, income, industry, São Paulo ABC Region.

## **Sessões Ordinárias**

**Área Temática:** 7. Trabalho, Indústria e Tecnologia.

**Sub-área:** 7.1. Mundo do Trabalho

---

<sup>1</sup> Este artigo resultou da Tese de Doutorado intitulada “Pacto Territorial e Emprego na Indústria do Grande ABC Paulista (1990-2008)”, com defesa programada para o dia 25/03/2011 junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob orientação do Profº Dr. Antônio César Ortega.

<sup>2</sup> Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia e Economista/Pesquisadora do Centro de Pesquisas Econômico-Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>3</sup> Professor associado do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

## 1 - Introdução

As transformações vivenciadas no âmbito nacional no final da década de 1980 e na década de 1990 ganharam também destaque na região do Grande ABC. Como resultado do processo de reestruturação produtiva e das políticas econômicas adotadas nesse período observam-se também na região os impactos negativos sobre o emprego formal, principalmente aquele ligado à indústria de transformação.

Assim, diante da crise do emprego e estimulados pelas experiências das Câmaras Setoriais, os atores locais buscaram novas formas de concertação local pela via do pacto tripartite na perspectiva de amenizar os efeitos negativos da crise. Portanto, foi a partir da década de 1990 que cresceu no Grande ABC Paulista a consciência da necessidade de uma articulação territorial cooperativa, explicada principalmente pela percepção da profundidade do impacto das transformações econômicas sobre a região e o tamanho da crise econômica e social. Como resultado desse momento se assiste no ABC à constituição de instituições que passam a caracterizar o atual sistema de governança territorial, com destaque para o Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico.

**Tabela 1** - Comportamento do emprego formal na Indústria do ABC nos anos de 1990

Ano	Estoque Emprego	Var.Relativa (%)	Var. Absoluta
1989	364.448	-	-
1990	294.767	-19,12	-69.681
1991	282.444	-4,18	-12.323
1992	257.415	-8,86	-25.029
1993	233.973	-9,11	-23.442
1994	276.612	18,22	42.639
1995	258.531	-6,54	-18.081
1996	233.627	-9,63	-24.904
1997	223.538	-4,32	-10.089
1998	194.455	-13,01	-29.083
1999	190.701	-1,93	-3.754

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Entretanto, conforme dados da Tabela 1 observa-se que ao longo da década de 1990 há uma queda expressiva no estoque total de trabalhadores formais, especialmente aqueles ligados ao setor industrial, demonstrando o impacto negativo do ajuste assumido pelo setor industrial no processo de reestruturação produtiva e da própria crise enfrentada pela economia brasileira ao longo dos anos de 1990. Os anos de 1990, 1992, 1996 e 1998 se destacam como

períodos de maior queda absoluta do estoque de emprego formal na região, evidenciando o reflexo da crise.

Diante desse quadro, não se pode negar que as dificuldades enfrentadas pelo ABC no que se refere à crise do emprego, especialmente industrial ao longo da década de 1990 demonstra que as instituições criadas na perspectiva de buscar alternativas para a crise não conseguem romper com as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho, embora, na visão do sindicato dos metalúrgicos do ABC, a política de concertação tenha sido a via encontrada para possibilitar maior barganha se comparada com a estratégia de confronto e enfrentamento direto.

Nesse sentido, frente a um quadro de dificuldades, a adoção das políticas de desenvolvimento com base no enfoque territorial enquanto alternativa para a crise é resultado de uma conjunção de forças expressa, de um lado, pelas recomendações das agências multilaterais e também dos governos nacionais, e de outro, pelas reivindicações vindas de “baixo”, facilitado pela postura dos sindicatos. Portanto, não se pode negar que a questão do emprego, além de estar no centro da agenda do movimento sindical e do governo federal, também passou a estar na agenda das instituições regionais criadas.

Para tanto, nesse trabalho o propósito é verificar se o movimento de recuperação da ocupação e do emprego no setor industrial brasileiro, principalmente a partir de 1999, conforme apontam vários estudiosos<sup>4</sup>, ocorre também no ABC Paulista, qual a dimensão desse processo e, em um contexto de baixo crescimento econômico, a mesma foi suficiente para promover significativa melhoria na estrutura ocupacional, de rendimentos e de condições de trabalho. Nesse sentido, a análise proposta deve considerar o contexto de adoção da perspectiva de desenvolvimento territorial via consórcio intermunicipal e demais estruturas de governança criadas no ABC para apreender as suas implicações no mercado de trabalho na região.

É importante ressaltar que foi nesse período que houve uma consolidação das estruturas de governança criadas no âmbito do ABC<sup>5</sup>, decorrente da criação da terceira instituição nesse processo de concertação por meio da criação Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC em outubro de 1998, sendo o primeiro e um dos mais importantes passos dados pela Câmara Regional do ABC.

---

<sup>4</sup> Ver principalmente POCHMANN (2006); BALTAR & MORETTO (2006); DEDECCA e ROSANDISKI (2006) e SANTOS (2006).

<sup>5</sup> A criação do Consórcio Intermunicipal ocorre em dezembro de 1998; a Câmara Regional, em março de 1997 e a Agência de Desenvolvimento Econômico, em outubro de 1998.

Para a realização da análise proposta neste trabalho utiliza-se da base de dados da RAIS/MTE e levantamento de documentos oficiais junto às instituições intermunicipais do ABC com o objetivo de apreender a trajetória do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores a partir de 1999 à luz do pacto territorial de concertação no Grande ABC.

## **2 - O contexto da Economia e do Mercado de Trabalho Industrial no ABC pós 1999**

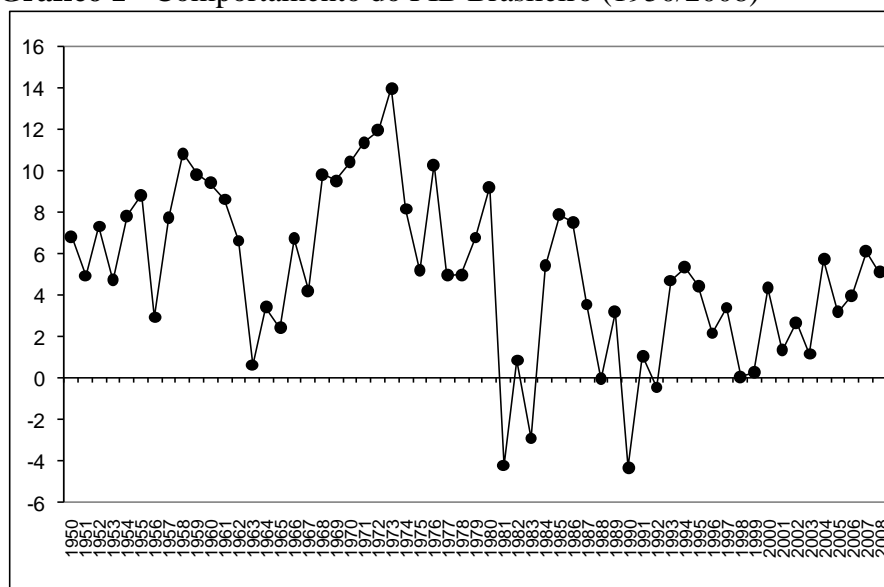
É importante ressaltar que as análises que tratam da estruturação do mercado de trabalho nas décadas anteriores à de 1990 enfatizam que o emprego industrial teve uma participação importante nesse processo. Nesse período, observa-se que a maior parte desse emprego era formalizado e estava associado principalmente ao crescimento da grande empresa. Portanto, no final dos anos de 1980 e principalmente na década de 1990, esse quadro se modifica quando o setor industrial passa a ter um desempenho negativo quanto à geração de empregos e à qualidade das ocupações em função do processo de reestruturação produtiva e das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

Entretanto, a partir de 1999 vários são os estudos apontando que nos últimos anos, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico médio (ver Gráfico 1), os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil parecem demonstrar certa interrupção na sua trajetória de queda. Para muitos analistas<sup>6</sup> mesmo em um contexto de baixo crescimento econômico, alguns fatores contribuíram para esse movimento de recuperação da ocupação e do emprego no setor industrial brasileiro. Dentre esses fatores destaca-se a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito interno, que estimularam o investimento na produção em geral; o processo de desvalorização cambial, que possibilitou às empresas um novo patamar de financiamento; e a expansão do comércio mundial com consequente ampliação das exportações brasileiras. É importante reafirmar, de acordo com o Gráfico 1, que as reformas econômicas empreendidas no País na década de 1990 não possibilitaram a retomada sustentada do crescimento econômico, mas ao contrário, houve grande oscilação nas taxas de crescimento nesse período, fazendo com que a variação acumulada do PIB fosse apenas de 17,27% no período de 1990 a 1999, distante das taxas de crescimento do PIB apresentada em décadas anteriores.

---

<sup>6</sup> Ver principalmente POCHMANN (2006); BALTAR & MORETTO (2006); DEDECCA e ROSANDISKI (2006) e SANTOS (2006).

**Gráfico 1 - Comportamento do PIB Brasileiro (1950/2008)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Já nos anos 2000, embora as taxas de crescimento da economia ainda oscilem, a mesma passa a apresentar crescimento positivo. A variação acumulada das taxas de crescimento do PIB no período de 2000 a 2008 passa a ser de 38,69%.

Esse comportamento positivo do produto também pode ser identificado na economia do ABC. Nos últimos anos, de acordo com dados do IBGE sobre o PIB dos municípios do País, mais especificamente no período que vai de 2003 a 2007, nota-se que a economia do Grande ABC apresentou crescimento do seu produto interno de 53,8%, enquanto a economia brasileira cresceu 21,66%. Os dados também demonstram que a referida expansão do produto do ABC (de R\$ 41,4 bilhões para R\$ 63,7 bilhões) deveu-se a um cenário econômico favorável, com crescimento da indústria e, principalmente, da indústria automotiva. (ver Diário do ABC de 18/12/2009)

De acordo com os dados do Quadro 1, observa-se que o comportamento positivo do PIB nos municípios do Grande ABC, em função do cenário econômico nacional favorável, foi acompanhado, de forma geral, pelo crescimento do PIB de outras localidades do País. Portanto, quando comparados os maiores PIB do Brasil com o PIB do Grande ABC, verifica-se que o crescimento percentual do PIB no ABC entre os anos de 2003 e 2007 se mostra superior ao PIB das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e, em termos absolutos, superior ao PIB de Belo Horizonte.

**Quadro 1-** Comportamento do PIB nos municípios do ABC e nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (2003-2007)

PIB do Grande ABC (em milhões R\$)						
						Crescimento
Cidade	2003	2004	2005	2006	2007	2003 vs. 2007 (%)
Santo André	10.030	11.423	11.272	11.674	13.387	33,47
São Bernardo do Campo	15.836	17.899	18.329	20.566	25.533	61,23
São Caetano do Sul	5.116	6.140	8.076	9.378	9.047	76,84
Diadema	5.144	5.960	7.249	7.747	8.652	68,20
Mauá	4.244	4.711	4.772	5.099	5.393	27,07
Ribeirão Pires	866	1.024	1.137	1.270	1.355	56,47
Rio Grande da Serra	166	221	246	290	310	86,75
Total	41.402	47.378	51.081	56.024	63.677	53,80
Comparação 5 maiores PIBs Brasil						
São Paulo	209.555	225.170	261.455	282.892	319.994	52,70
Rio de Janeiro	95.751	112.674	117.771	128.026	139.559	45,75
Brasília	63.104	70.724	80.526	89.628	99.945	58,38
Grande ABC	41.402	47.378	51.081	56.024	63.677	53,80
Belo Horizonte	23.297	27.323	28.951	32.473	38.209	64,01

Fonte: Diário do ABC e IBGE

O Brasil, de acordo com Pochmann (2006), mesmo apresentando um ritmo de crescimento médio anual bem inferior ao verificado no conjunto da economia mundial, mostra um comportamento geral do mercado de trabalho com sinais de interrupção na trajetória de queda, depois de vinte anos de forte contenção do nível de ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho. Para o autor, as novas ocupações geradas entre os anos de 1999 e 2004<sup>7</sup> parecem ter vínculo com a dinâmica do comércio externo devido aos efeitos da desvalorização da moeda nacional que resultou na ampliação do saldo da balança comercial, inclusive, ainda que a economia fosse acompanhada de uma baixa expansão do produto nacional.

Nesta mesma linha de argumentação, segundo Dedecae Rosandiski (2006), refuta-se, inclusive, um dos pilares da tese da “inempregabilidade” defendida pelo Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que argumentava sobre a inevitabilidade do enxugamento brusco da ocupação industrial pela modernização tecnológica da economia globalizada. Os autores afirmam que a recuperação do emprego no setor industrial se realizou em um contexto de uma respeitável capacidade da indústria para exportar e, portanto, a capacidade competitiva da indústria passou a gerar novas oportunidades de emprego. Os autores verificam ainda que essa evolução das ocupações também é marcada pelo aumento da formalização do trabalho quando observam que segundo dados da PNAD, entre 1995 e 1998,

<sup>7</sup> Embora em 2004 se observe uma tendência de queda da taxa de desemprego, entende-se que ela ainda continua sendo muito alta.

no total das ocupações geradas no Brasil, 19,3% eram empregados com carteira assinada e, no período de 2002 a 2004, este número passa para 69,1%.

Portanto, de acordo com Gomes (2009), pós 1999, a oscilação do crescimento do PIB gerou impacto positivo sobre o emprego formalizado na indústria. De acordo com a autora, no período anterior o maior crescimento econômico parece não refletir aumento da ocupação, mas agora, pós 1999,

Esse novo comportamento do emprego/ocupação frente ao produto pode estar relacionado com o esgotamento do processo de modernização empreendido nos anos 90 [...] a fábrica já estava “enxuta” e qualquer variação na produção refletia-se em aumento do emprego. (GOMES, 2009, p.123)

De acordo com Pochamnn (2004), antes de 1999 todo o processo de reestruturação mais intensa no âmbito das empresas ao implicar redução da participação do setor industrial na composição estrutural do emprego e do PIB parece não implicar um processo de desindustrialização, dado que, de acordo com o autor “o avanço de parte dos serviços (da parte constituída pelos serviços vinculados à produção) deveu-se inclusive à importância mantida pelo setor industrial” (POCHMANN, 2004, p.110). Contudo, mesmo assim, não se pode negar que na década de 1990 há um processo significativo de redução dos estabelecimentos industriais<sup>8</sup>, implicando um movimento também de redução significativa de postos de trabalho formais.

### **3 - A trajetória do Emprego e a Renda na Indústria do Grande ABC Paulista pós 1999**

Para compreender a modificação da trajetória do emprego e da renda a partir de 1999 é importante analisar o comportamento dessas variáveis considerando a crise no período anterior. Conforme dados da Tabela 2, entre os anos 1989 e 1999, de forma geral, verificou-se que a diminuição do emprego foi muito mais grave no estado de São Paulo, mais especificamente no ABC. Nesse período, enquanto no Brasil a totalidade do emprego em toda a estrutura produtiva teve uma pequena variação positiva (2,06%), passando de 24.486.568 para 24.993.265, no estado de São Paulo e no ABC registra-se queda, respectivamente de 7,26% e 20,52%. Assim, de acordo com a Tabela 2, em São Paulo a estrutura produtiva em 1989 contava com 8.233.290 empregos e em 1999 passou a contar com apenas 7.635.406 empregos. No ABC, ao apresentar um percentual de queda superior, identifica-se que de 602.002 postos de trabalho em 1989, passou-se para 478.497 em 1999. O fato de a queda do

---

<sup>8</sup> Ver dados em CAMARGOS BORGES (2011), p. 38.

emprego se apresentar de forma mais expressiva e grave no ABC quando comparado com o Brasil e o estado de São Paulo, pode ser justificado em grande parte pelo maior peso do setor industrial na região, tido como o setor mais atingido pelo processo de reestruturação e consequente enxugamento do emprego por parte das empresas. Nesse período, verifica-se uma queda na participação relativa do emprego na indústria e uma ampliação da participação do comércio e dos serviços na geração de empregos. O destaque é que no ABC esta queda na participação da indústria se apresenta de forma mais expressiva quando o percentual de participação do emprego industrial passa de 60,54% em 1989 para 39,85% em 1999 enquanto em São Paulo este mesmo percentual passa de 35,70% para 24,30% e no Brasil, de 27,02% para 20,06%.

No Brasil, de acordo com dados da RAIS, entre os anos de 1989 a 1999 foram gerados, em torno de 506.697 empregos no total da sua estrutura produtiva; por outro lado, cerca de 1.600.000 postos de trabalho foram fechados na indústria (queda de 24,20%), evidenciando que as novas vagas foram criadas nos demais setores produtivos, principalmente no comércio e no serviço, porém o setor serviços, apesar de ocupar atualmente papel importante na ocupação da mão-de-obra, não foi capaz de absorver a mão-de-obra descartada da indústria (ver Tabela 2).

No ABC, entre os anos de 1989 e 1999, os dados mostram que houve uma redução de 123.505 postos de trabalho no total da estrutura produtiva, efetivando uma queda de 20,52%, enquanto na indústria foram fechados 173.747 postos de trabalho (redução de 47,67%), demonstrando em termos relativos, a maior gravidade da crise do emprego industrial na região.

Com relação à remuneração média recebida pelos trabalhadores observa-se ao longo do período analisado uma tendência aparentemente contraditória, fazendo com que as perdas muitas vezes fossem maiores ou menores a depender, por exemplo, da organização sindical dos trabalhadores.

De acordo com a Tabela 2, a redução dos postos de trabalho até 1999 é acompanhada por um aumento na remuneração média de forma geral em todas as localidades analisadas. A partir de 1999 a mudança positiva na trajetória do emprego, de forma contrária, é acompanhada por uma significativa queda em todas as remunerações médias, independente da localidade, fazendo com que as melhorias salariais obtidas no período anterior não fossem sustentadas. No caso do ABC, de forma particular, a remuneração média em geral apresenta queda mais expressiva quando, em 1999, passa de 7,28 salários mínimos para 4,12 s.m. em 2008, evidenciando uma queda de 43,40%, enquanto no Brasil a queda é de 35,49% e no



estado de São Paulo, de 40,12%. Em se tratando da indústria do ABC, embora a remuneração média dos trabalhadores seja superior à média geral, fato que pode ser justificado pelo poder de barganha dos sindicatos na região<sup>9</sup>, nota-se que a sua queda entre os anos de 1999 e 2008 foi maior do que a queda das remunerações da indústria brasileira, quando em 1999 o valor pago de 9,31 s.m. passa a ser de 5,87 s.m em 2008, perfazendo uma queda percentual de 36,93%.

**Tabela 2** - Comportamento do emprego e da remuneração média no ano, em salários mínimos, segundo setores de atividade econômica - Brasil, São Paulo e ABC (1989/2008)

Setores de Atividade	1989			1999			2008		
	Emprego	%	Rem.Média	Emprego	%	Rem.Média	Emprego	%	Rem.Média
Brasil									
Indústria	6.615.804	27,02	4,86	5.014.367	20,06	5,34	7.891.146	20,01	3,53
Const.Civil	1.077.220	4,40	3,21	1.047.891	4,19	3,91	1.914.596	4,85	2,70
Comércio	3.164.968	12,93	2,73	3.937.911	15,76	3,25	7.324.108	18,57	2,13
Serviços	11.957.812	48,83	4,90	13.955.693	55,84	5,86	20.891.553	52,97	3,78
Agropecuária	385.953	1,58	2,13	1.035.374	4,14	2,37	1.420.100	3,60	1,80
Outr./Ign	1.284.811	5,25	3,55	2029	0,01	6,97	63	0,00	1,37
Total (%)	24.486.568	100	4,42	24.993.265	100	5,12	39.441.566	100	3,30
São Paulo									
Indústria	2.939.366	35,70	5,65	1.855.580	24,30	7,04	2.747.968	23,46	4,43
Const.Civil	364.377	4,43	3,87	289.465	3,79	4,84	514.364	4,39	3,17
Comércio	1.037.423	12,60	3,18	1.212.465	15,88	4,26	2.226.858	19,01	2,72
Serviços	3.431.907	41,68	5,23	3.976.453	52,08	7,12	5.848.809	49,93	4,13
Agropecuária	136.503	1,66	2,41	300.946	3,94	2,69	375.160	3,20	2,03
Outr./Ign	323.714	3,93	4,46	497	0,01	8,12	4	0,00	3,64
Total	8.233.290	100	4,98	7.635.406	100	6,39	11.713.163	100	3,82
ABC									
Indústria	364.448	60,54	6,99	190.701	39,85	9,31	260.133	35,47	5,87
Const.Civil	13.608	2,26	3,97	11.299	2,36	4,71	30.594	4,17	3,31
Comércio	62.912	10,45	3,24	67.266	14,06	4,29	123.616	16,85	2,63
Serviços	147.209	24,45	4,69	206.386	43,13	6,49	318.956	43,49	3,36
Agropecuária	549	0,09	2,55	2.796	0,58	9,92	167	0,02	1,85
Outr./Ign	13.276	2,21	6,21	49	0,01	3,46	0	-	0,00
Total	602.002	100	5,95	478.497	100	7,28	733.466	100	4,12

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/MTE

<sup>9</sup> É importante também considerar os efeitos dos acordos realizados pela Câmara do Setor Automobilístico no período de 1991 a 1993, referente ao emprego e salários. No primeiro acordo constava, dentre outros itens, a manutenção do nível de emprego e a correção mensal dos salários pela variação média dos índices da FIPE e Dieese até junho de 1992. No segundo, realizado em fevereiro de 1993 (Governo Itamar), os ganhos eram considerados maiores quando se acordavam os reajustes automáticos de salário com base na inflação anterior além de ter como meta a criação de postos de trabalho. Segundo Arbix (1996), os principais compromissos assumidos em relação aos trabalhadores eram de aumento dos postos de trabalho, contrato coletivo e aumento dos salários. Nesse sentido, o autor afirma que embora nesse período os impactos sobre a geração de empregos tenham pouco resultado, não se deve ignorar o fato de que ao considerar os efeitos da reestruturação produtiva no mundo com relação ao desemprego, esses resultados adquirem significado. “Os dados do Dieese indicam claramente que a queda do nível de emprego no setor automotivo vem sendo mais lenta e menos acentuada do que em outros setores” (ARBIX, 1996, p.145). De outra parte, os dados também parecem mostrar que os acordos conseguem, por um dado momento, manter níveis de salários superiores, se comparados com outros setores da economia.

Nesse sentido, embora a organização sindical e as instituições regionais cumpram papel importante na busca de alternativas para os problemas enfrentados no mercado de trabalho na região, a hipótese é que a queda das remunerações é mais acentuada devido ao reflexo de uma crise que aqui se apresenta também de forma mais acentuada, principalmente pelo seu caráter poupador de mão-de-obra.

Na Tabela 3 relacionam-se os dados sobre a variação anual do emprego apenas no setor industrial na tentativa de facilitar a análise da sua trajetória. Portanto, é possível visualizar que o cenário descrito para o período entre 1989 e 1999 se modifica a partir de 1999. Os dados sugerem que a trajetória do emprego no setor industrial é marcada por movimentos distintos, fazendo com que o período pós 1999 não possa ser tratado de forma linear, na medida em que a condução da política econômica adotada e as várias crises econômicas (Crise da Rússia, Crise do Real, Crise da Argentina, Crise da Energia, por exemplo) tiveram reflexos no comportamento da atividade econômica do país e, por consequência, também no ABC.

**Tabela 3** - Comportamento do emprego na Indústria no Brasil, em São Paulo e no ABC (1989- 2008)

Ano	Brasil		São Paulo		ABC	
	Emprego	Var. %	Emprego	Var. %	Emprego	Var. %
1.989	6.615.804	-	2.939.349	-	364.448	-
1.990	5.918.642	-10,54	2.595.011	-11,71	294.767	-19,12
1.991	5.549.680	-6,23	2.429.174	-6,39	282.444	-4,18
1.992	5.146.368	-7,27	2.202.493	-9,33	257.415	-8,86
1.993	5.197.399	0,99	2.218.005	0,70	233.973	-9,11
1.994	5.611.995	7,98	2.353.444	6,11	276.612	18,22
1.995	5.397.270	-3,83	2.201.319	-6,46	258.531	-6,54
1.996	5.283.043	-2,12	2.098.230	-4,68	233.627	-9,63
1.997	5.141.186	-2,69	1.998.320	-4,76	223.538	-4,32
1.998	4.893.230	-4,82	1.844.373	-7,70	194.455	-13,01
1.999	5.014.367	2,48	1.855.580	0,61	190.701	-1,93
2.000	5.285.321	5,40	1.934.567	4,26	196.508	3,05
2.001	5.390.932	2,00	1.939.378	0,25	197.111	0,31
2.002	5.642.941	4,67	1.973.231	1,75	195.323	-0,91
2.003	5.798.033	2,75	2.018.872	2,31	196.907	0,81
2.004	6.395.084	10,30	2.211.227	9,53	220.109	11,78
2.005	6.623.012	3,56	2.292.927	3,69	227.927	3,55
2.006	7.122.536	7,54	2.472.378	7,83	237.063	4,01
2.007	7.632.278	7,16	2.652.780	7,30	251.458	6,07
2.008	7.891.146	3,39	2.747.968	3,59	260.133	3,45

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Nesse contexto, por meio dos dados expressos na Tabela 3, é possível identificar a mudança de trajetória do emprego industrial a partir de 1999 e, embora ainda bastante tímida, há uma predominância de variações positivas a partir desse ano. Entre os anos de 1999 e

2008, apesar de a situação não ser homogênea ao longo do período, a realidade observada na economia brasileira não é replicada para o estado de São Paulo e muito menos para o ABC. No tocante ao Brasil, nesse período os dados mostram que a variação positiva do estoque de emprego na economia e de forma particular, no setor industrial, apresentou um significativo crescimento para além da reposição das vagas eliminadas na crise, fazendo com que no período de 1999 a 2008, com os novos postos de trabalho formais criados na indústria (1.972.504), o estoque total de empregos no setor superasse de forma expressiva os números registrados em 1989.

No estado de São Paulo e no ABC verifica-se o mesmo comportamento no que se refere ao estoque de emprego na economia (ver Tabela 2), entretanto no setor industrial a realidade se apresenta de forma diferente quanto à recuperação do emprego, principalmente no ABC<sup>10</sup>. Entre os anos de 1999 e 2008, mesmo verificando um comportamento positivo do mercado de trabalho, nota-se que os postos de trabalho criados até o ano de 2008 foram insuficientes para repor as vagas eliminadas, fazendo com que a crise do emprego no setor industrial ainda seja uma questão importante na composição da agenda econômica, principalmente no ABC.

È nesse sentido que, mesmo reconhecendo a importância do pacto territorial no ABC, criando as instâncias regionais de concertação com a perspectiva de buscar alternativas para a crise, especialmente do emprego, observa-se que há limites no âmbito local.

De acordo com a Tabela 3, no período de 1999 a 2008 nota-se que tanto no estado de São Paulo como no ABC o crescimento do emprego formal na indústria (48,09% e 36,41%, respectivamente), além de ser inferior ao crescimento do País (57,37%), não consegue atingir em 2008 os mesmos patamares dos empregos registrados em 1989, não diminuindo, portanto, a perda da participação relativa desse setor no processo de geração de empregos. Em 1989 a indústria do ABC contava com 364.448 postos de trabalho formais e, mesmo crescendo a partir de 1999, chega a contar com apenas 260.133 postos, significando que 104.315 postos de trabalho continuam eliminados no setor. Em São Paulo, embora em menor proporção, 191.381 postos de trabalho também continuam eliminados até 2008.

Segundo os dados do PAEP (1996 e 2001), embora nos últimos anos o setor de serviços tenha passado a ocupar uma posição importante na economia do ABC, não se pode negar que o poder da indústria na geração de riqueza continue vital. A mudança verificada é que a indústria fica cada vez mais dependente de seguimentos altamente tecnológicos em

---

<sup>10</sup> Ver MOREIRA (2002)

permanente desenvolvimento e dependentes de mão-de-obra qualificada, embora a participação relativa do trabalho seja menor diante dos custos financeiros com royalties, pesquisa e desenvolvimento, marketing, automação e outros. Observando-se a renda, mesmo considerando a queda nas remunerações médias nos últimos anos, é nesse setor que as relações são menos precárias na medida em que as remunerações são normalmente superiores à dos demais setores da economia.

Outro fato que chama a atenção para a continuidade da importância do setor industrial é que o processo de terceirização, também no ABC, aparece ligado à reestruturação e à forma do desenvolvimento buscado pelo setor industrial. Assim, ao considerar que a região ainda se mantém como uma das principais regiões industriais do país, não se pode confundir o problema do desemprego industrial com a diminuição da importância da indústria. De outra parte, também não se pode negar que a abertura da economia, a concorrência dos produtos importados e a guerra fiscal tenham promovido retração da estrutura física e redução da participação do setor. Os dados do Censo Industrial de 1985 (IBGE) e das pesquisas PAEP (1996 e 2001) mostram que a participação da indústria paulista no Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil ficou praticamente estável entre os anos de 1985 e 1996, ou seja, 48% em 1985 e 49,5% em 1996. Contudo, quando se trata de analisar o pessoal ocupado na indústria verifica-se que realmente o problema de fundo é a queda ou pequeno crescimento do pessoal ocupado nesse setor. O emprego de fato sofreu o maior impacto negativo de uma recessão prolongada do processo de reestruturação na estrutura produtiva e da inserção internacional baseada na estabilidade cambial e internacionalização da economia.

Portanto, no ABC, apesar de os dados mostrarem que a questão do desemprego no setor industrial tenha se apresentado de forma mais grave, de acordo com estudiosos dessa região, a indústria, mesmo com todos os problemas, continuou tendo um papel central na dinâmica e na geração de riqueza na região, ao mesmo tempo em que a região também continua tendo a sua importância na estrutura industrial do estado de São Paulo e do país. Assim, quando se considera que o problema da região não é um problema de desindustrialização, mas um problema de redução na capacidade de geração de emprego na indústria<sup>11</sup>, tornam-se necessárias políticas que, além de buscarem a melhoria de condições

---

<sup>11</sup>Aqui se considera a contribuição de Oreiro & Feijó (2010) assumindo que uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia. Nesse caso, entende-se que no ABC, apesar de a indústria reduzir a sua capacidade de geração de emprego, ela ainda cumpre um papel fundamental e se destaca como sendo a maior responsável pela adição de valor na economia paulista, apresentando um valor adicionado maior que a soma dos setores comércio e de serviços.

para garantir a competitividade das empresas, também deveriam adotar políticas que melhorem as perspectivas de geração de emprego e renda.

#### 4 - A participação dos Municípios do ABC na composição do Emprego e da Renda no Setor Industrial pós 1999

Quando se trata de analisar a participação e a importância do setor industrial no ABC é necessário também uma visão por município, na perspectiva de criar posteriormente uma caracterização mais geral. Para tanto, de acordo com os dados da Tabela 4, em 1989 os municípios que compõem o ABC contavam com, aproximadamente, 50% a 75% dos seus trabalhadores ligados ao setor industrial. Entretanto, embora este percentual se modifique nos anos seguintes, com redução do peso da indústria na geração de empregos na região, não se pode negar que este setor ainda continua tendo significativa participação e importância na geração de riqueza e emprego na região, conforme dados relacionados para o ano de 2008.

**Tabela 4** - Participação do emprego na atividade econômica dos municípios do ABC segundo remuneração média e setor de atividade econômica (1989/2008)

Setor de Atividade	1989														Total	
	Diadema		Mauá		Ribeirão Pires		Rio Grande		Santo André		São Bernardo		São Caetano			
	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.
Indústria	75,65	5,64	58,52	7,84	63,84	5,43	70,07	6,28	45,12	7,83	67,41	7,35	49,32	6,94	60,54	6,99
Const.Civil	1,17	3,87	1,60	2,87	1,19	3,76	2,84	3,34	4,46	4,09	1,36	4,49	2,65	3,16	2,26	3,97
Comércio	7,50	3,59	13,06	3,28	10,66	2,59	6,91	2,12	15,36	3,17	7,71	3,33	11,94	3,04	10,45	3,24
Serviços	13,09	4,65	25,57	4,18	22,23	3,53	19,01	5,34	31,24	4,48	22,46	5,09	32,91	4,62	24,45	4,69
Agropecuária	0,28	2,42	0,05	1,06	0,06	1,45	0,00	0,00	0,07	4,28	0,04	1,68	0,06	1,95	0,09	2,55
Outr./Ign	2,31	5,00	1,21	3,29	2,03	9,68	1,17	4,47	3,75	7,65	1,02	4,95	3,12	5,26	2,21	6,21
Total	100	5,32	100	6,17	100	4,77	100	5,71	100	5,89	100	6,46	100	5,56	100	5,95
1999																
Indústria	62,30	6,88	46,98	8,90	45,49	6,51	23,59	6,93	23,23	8,60	48,11	11,10	20,08	8,78	39,85	9,31
Const.Civil	1,53	6,00	1,77	3,46	2,06	3,99	10,12	3,84	2,90	4,66	1,99	4,75	3,40	4,62	2,36	4,71
Comércio	11,52	4,31	17,00	4,49	16,11	3,58	19,79	3,00	19,91	3,91	11,22	4,44	12,63	4,93	14,06	4,29
Serviços	23,77	6,84	29,92	6,51	36,05	5,29	46,43	4,44	53,39	5,91	38,63	6,71	63,83	6,96	43,13	6,49
Agropecuária	0,87	7,91	4,33	11,18	0,27	2,18	0,07	4,93	0,57	10,22	0,03	3,09	0,06	5,40	0,58	9,92
Outr./Ign	0,00	0,00	0,00	1,00	0,02	2,69	0,00	0,00	0,00	2,36	0,02	3,63	0,00	0,00	0,01	3,46
Total	100	6,57	100	7,43	100	5,53	100	4,68	100	6,12	100	8,52	100	6,99	100	7,28
2008																
Indústria	57,39	4,17	45,68	4,69	38,51	3,66	43,31	3,97	22,30	4,85	37,93	7,60	23,53	6,64	35,47	5,87
Const.Civil	2,93	3,29	4,99	3,13	2,93	2,25	11,48	2,61	4,69	3,53	2,73	3,06	7,61	3,49	4,17	3,31
Comércio	14,94	2,70	20,07	2,49	17,27	2,11	12,42	1,84	20,91	2,42	15,20	2,63	14,47	3,29	16,85	2,63
Serviços	24,73	3,54	29,20	3,04	41,19	2,61	32,59	2,44	52,07	3,39	44,12	3,73	54,38	2,72	43,49	3,36
Agropecuária	0,00	2,17	0,05	1,56	0,09	1,48	0,20	1,30	0,03	1,54	0,02	2,24	0,00	4,18	0,02	1,85
Total	100	3,77	100	3,69	100	2,92	100	3,04	100	3,52	100	5,01	100	3,78	100	4,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

Mesmo considerando que o emprego cresce, a partir de 1999, de acordo com a Tabela 4, verifica-se que na maioria dos municípios a participação relativa do emprego na indústria é decrescente nos anos de 1999 e 2008, com exceção apenas dos municípios de Rio Grande da Serra e São Caetano. De outra parte, verifica-se que alguns municípios continuam sendo destaque no que se refere à maior participação do emprego no setor industrial, como por exemplo, os municípios de Diadema, Mauá e São Bernardo do Campo, que em 2008

contavam com 57,39%, 45,68% e 37,93%, respectivamente, dos seus trabalhadores formais com vínculo ativo no setor industrial. Nesse sentido, também Pamplona (2002) considera que não se pode falar que houve desindustrialização na região se esses patamares de participação relativa do emprego no setor, mesmo não atingindo os níveis de 1989, se apresentam tão significativos nos municípios que compõem a região.

Portanto, ainda que decrescente, a participação relativa do emprego industrial é significativa, e os dados mostram que o processo de retomada do crescimento do emprego no setor industrial na região, em meio a um processo de consolidação de políticas e iniciativas para criação e manutenção dos postos de trabalho, não aponta para recuperação dos patamares registrados no final da década de 1980 e início da década de 1990. No período entre 1999 a 2008, mesmo recuperando parte desses postos (69.432), passando de 190.701 para 260.133 empregos, nota-se que ainda há uma diferença negativa de 104.305 empregos que não foram recuperados até o final do ano de 2008.

Assim, embora a ocupação no setor industrial total passe por uma reversão da sua trajetória de queda a partir de 1999, verifica-se que no ABC o fato de essa mudança ocorrer de forma tímida e não apontar para a recuperação dos postos de trabalho eliminados na crise indica que as políticas de reabsorção desses trabalhadores devem ser pensadas para além do setor industrial. A adoção de um novo padrão tecnológico e organizacional poupador de mão-de-obra, derivado da reestruturação produtiva, indica uma necessidade de as instituições criadas na região, tendo como objetivo pensar alternativas para a crise, de buscarem alternativas para além da indústria, na perspectiva de reduzir o tempo de desemprego.

De acordo com a Tabela 5, quando se avalia o peso do município na composição do emprego industrial, o destaque é dado para os municípios de Diadema, Santo André e São Bernardo que, ao longo dos anos analisados, se apresentam como locais de maior concentração de estabelecimentos e emprego industriais. Os dados retratam que, independente da recuperação do mercado de trabalho na região, os efeitos do desemprego dos anos 1990 ainda estão presentes, principalmente nesses municípios, na medida em que o peso do emprego na indústria é maior e, portanto, os efeitos do desemprego também se evidenciam em maiores proporções.

**Tabela 5** - Estabelecimento e emprego na Indústria segundo os municípios do ABC (1989/2008)

Municípios	1989				1999				2008			
	Estab.	%	Emprego	%	Estab.	%	Emprego	%	Estab.	%	Emprego	%
Diadema	1.182	27,92	77.887	21,37	1.244	25,95	42.666	22,37	1.575	25,65	59.006	22,68
Mauá	259	6,12	19.828	5,44	398	8,30	15.620	8,19	721	11,74	26.723	10,27
Ribeirão Pires	179	4,23	11.338	3,11	212	4,42	5.971	3,13	239	3,89	8.667	3,33
Rio Grande da Serra	17	0,40	1.552	0,43	16	0,33	317	0,17	20	0,33	1.301	0,50
Santo André	921	21,76	66.309	18,19	1.044	21,78	25.837	13,55	1.337	21,77	38.883	14,95
São Bernardo do Campo	1.152	27,21	150.717	41,35	1.293	26,98	85.606	44,89	1.594	25,96	99.938	38,42
São Caetano	523	12,36	36.817	10,10	586	12,23	14.684	7,70	655	10,67	25.615	9,85
Total	4.233	100	364.448	100	4.793	100	190.701	100	6.141	100	260.133	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

Ao analisar o comportamento do emprego formal na indústria, principalmente pós 1999, segundo tamanho do estabelecimento, pode-se notar que enquanto em 1989 a maioria dos empregos industriais estava vinculada à indústria de grande porte (54,78%), a partir da crise essa tendência se modifica fazendo com que o desemprego industrial ocorresse de forma mais expressiva nessas empresas quando a sua participação no emprego industrial cai para 39,30%, em 1999, aumentando, conseqüentemente, a participação das empresas de menor porte (Tabela 6). Mesmo com o aumento dos postos de trabalho na indústria, a partir de 1999 a tendência se mantém, fazendo com que em 2008 a participação da indústria tanto de médio como de grande porte fosse reduzida, passando de 29,21% para 28,54% e de 39,30% para 38,41%, respectivamente.

Nesse sentido há que se reconhecer que esse movimento dos trabalhadores em direção as empresas de pequeno porte está relacionado a ações da Agência de Desenvolvimento Econômico na região, que desde sua criação em 1998 desenvolve ações de apoio e fomento às atividades empresariais com ênfase nas micros, pequenas e médias empresas, por exemplo, captando e repassando recursos para financiamento de projetos prioritários ao desenvolvimento da região em que aquelas empresas são privilegiadas.

Entretanto, os dados mostram que a tendência de avanço do processo de externalização de atividades por parte das grandes empresas, evidenciado também a partir de 1999, contribui para a precarização do mercado de trabalho na medida em que nestas empresas vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações<sup>12</sup>. A partir de 1999 o aumento dos postos de trabalho na indústria do ABC, de modo especial nas micro e pequenas empresas, foi acompanhado por uma queda generalizada das remunerações, atingindo em menor proporção os trabalhadores com vínculo na grande empresa e que, além de contarem com remunerações superiores se comparadas com as

<sup>12</sup> Ver ALMEIDA (2007), BOAVENTURA (2007), CARELLI (2007) e CHAHAD (2002).

empresas de menor porte, tiveram uma queda de apenas 31,74% passando de uma remuneração de 12,83 s.m. para 8,76 s.m.. Já os trabalhadores das empresas de menor porte tiveram maior perda na medida em que se observa uma queda nas remunerações de 37,81%, 41,88% e 42,56% na micro, pequena e média empresa, fazendo com que as remunerações passassem de 4,49 s.m., 6,05 s.m. e 8,66 s.m., em 1999, para 2,79 s.m., 3,51s.m. e 4,98 salários mínimos em 2008, respectivamente.

Além disso, o processo de terceirização de parte das atividades industriais para empresas de serviços é acompanhado por um processo de eliminação de postos de trabalho que possuem relações formais, com carteira assinada e bem-remunerados, o que contribui para que as ocupações criadas no setor de serviços, por sua vez, tenham um vínculo quase sempre precário e, além de serem caracterizadas por salários mais baixos que na indústria, são criados proporcionalmente menos postos de trabalho. (MATTEO & TAPIA, 2002)

**Tabela 6** - Comportamento do emprego formal na Indústria do ABC segundo tamanho do estabelecimento (1989/2008)

Tamanho	1989			1999			2008		
	Empr.	%	Rem.	Empr.	%	Rem.	Empr.	%	Rem.
Até 4	2577	0,71	2,30	3560	1,87	3,70	4028	1,55	2,38
De 5 A 9	4488	1,23	2,73	5820	3,05	4,39	7492	2,88	2,63
De 10 A 19	8378	2,30	3,34	11454	6,01	4,79	15966	6,14	2,97
<b>Micro</b>	<b>15443</b>	<b>4,24</b>	<b>2,99</b>	<b>20834</b>	<b>10,92</b>	<b>4,49</b>	<b>27486</b>	<b>10,57</b>	<b>2,79</b>
De 20 A 49	18915	5,19	4,11	19604	10,28	5,33	28313	10,88	3,27
De 50 A 99	27416	7,52	4,72	19612	10,28	6,76	30159	11,59	3,75
<b>Pequena</b>	<b>46331</b>	<b>12,71</b>	<b>4,47</b>	<b>39216</b>	<b>20,56</b>	<b>6,05</b>	<b>58472</b>	<b>22,48</b>	<b>3,51</b>
De 100 A 249	52186	14,32	5,66	28322	14,85	8,34	38451	14,78	4,71
De 250 A 499	50828	13,95	6,74	27382	14,36	9,00	35800	13,76	5,26
<b>Média</b>	<b>103014</b>	<b>28,27</b>	<b>6,19</b>	<b>55704</b>	<b>29,21</b>	<b>8,66</b>	<b>74251</b>	<b>28,54</b>	<b>4,98</b>
De 500 A 999	47701	13,09	7,66	22318	11,70	10,63	30763	11,83	5,82
1000 ou mais	151959	41,70	8,50	52629	27,60	13,76	69161	26,59	10,06
<b>Grande</b>	<b>199660</b>	<b>54,78</b>	<b>8,30</b>	<b>74947</b>	<b>39,30</b>	<b>12,83</b>	<b>99924</b>	<b>38,41</b>	<b>8,76</b>
<b>TOTAL</b>	<b>364448</b>	<b>100</b>	<b>6,99</b>	<b>190701</b>	<b>100</b>	<b>9,31</b>	<b>260133</b>	<b>100</b>	<b>5,87</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

De forma particular, quando se trata de analisar o padrão de remuneração do trabalho no país verifica-se que na década de 1990, principalmente a partir da estabilização de preços advinda do Plano Real, houve uma mudança nesse padrão. Nesse sentido, contribui para isso a mudança na política salarial que fixava os reajustes de salários em um ambiente inflacionário, passando a adotar uma política de remuneração que ora era fixada a partir das negociações coletivas, ora simplesmente determinada pelas empresas, ou seja, com o processo de estabilização dos preços, apenas o salário mínimo continuou a ser objeto de política salarial enquanto limite mínimo de remuneração.



No caso dos trabalhadores que dependem das negociações coletivas para definir os reajustes de salários e demais componentes da remuneração, como é o caso da maioria daqueles ligados à indústria no ABC, a década de 1990 foi marcada por dificuldades. Muitos estudiosos<sup>13</sup> sobre o tema apontam que neste período o empresariado adotou uma postura *ofensiva* após 1990 em relação às negociações coletivas, caracterizada pela descentralização do processo de negociação segundo segmento econômico e categoria profissional. Assim, a flexibilidade acabou por determinar um movimento de regressão de conquistas obtidas nas décadas anteriores, principalmente entre as categorias mais combativas que haviam conquistado direitos à frente dos garantidos constitucionalmente, haja vista que a mudança positiva do emprego vem acompanhada de queda relativa no valor das remunerações.

No que se refere aos sindicatos, na sua maioria, a postura adotada foi de *defensiva*<sup>14</sup>, buscando preservar o emprego, o poder de compra dos salários e manter os direitos e conquistas. Daí, muitos são os indicadores que mostram os sinais de enfraquecimento por parte das organizações dos trabalhadores, como por exemplo, a queda do número de greves e a busca da mediação dos conflitos.

**Tabela 7** - Distribuição dos trabalhadores da Indústria do ABC por faixa de rendimentos em salários mínimos (1999/2008)

Faixa de Rem.	1989	1999	2008
	% Empr.	% Empr.	% Empr.
Até 1,00	0,47	0,17	0,33
1,01 a 2,00	9,30	1,53	19,78
2,01 a 3,00	14,53	14,86	21,20
<b>Até 3,00</b>	<b>24,31</b>	<b>16,55</b>	<b>41,31</b>
3,01 a 5,00	21,02	22,56	20,90
5,01 a 10,00	33,87	28,38	20,06
10,01 a 20,00	14,98	23,03	11,96
Mais de 20,00	4,07	9,06	3,89
<b>3,01 e Mais</b>	<b>73,93</b>	<b>83,03</b>	<b>56,82</b>
Ignorado	1,76	0,42	1,87
TOTAL	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/ MTE

Portanto, segundo dados relacionados na Tabela 7, entre os anos de 1999 e 2008 há indicação de que a indústria no ABC, no âmbito de uma nova estrutura produtiva, gera emprego de pior qualidade quando há um aumento da participação dos ocupados em faixa de remuneração inferiores, passando de 16,55% para 41,31% os trabalhadores na faixa de até 3 s.m., ao mesmo tempo em que cai a participação daqueles que percebem rendimentos mais

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, SOARES (1998) e MANUS (2001).

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, ALVES (2000a), ANTUNES (1995b) e RODRIGUES (1995 e 1999).

elevados ( de 83% para 56,82% com rendimentos acima de 3 s.m.). Assim, os dados expostos na Tabela 7 sinalizam a maior concentração de trabalhadores nas faixas de rendimentos inferiores, demonstrando que de certa forma este dado guarda relação com o tipo de ocupação gerada no período, ora relacionados com o processo de terceirização, inclusive.

Conforme dados da Tabela 8 também é possível uma análise do desempenho do emprego e da renda por subsetor de atividade econômica na indústria do Grande ABC Paulista e, portanto, é possível notar que a recuperação do emprego na região pós 1999 não se manifestou de forma homogênea em todos os subsetores da indústria. Como já foi dito anteriormente, a década de 1990, na perspectiva do trabalho, foi pontuada por uma trajetória de grandes dificuldades expressas pela queda do emprego formal em todos os subsetores da indústria, perfazendo uma queda de mais de 50% do emprego na maior parte dos subsetores, com destaque para a indústria mecânica, de material elétrico e comunicações e de calçados, que apresentaram uma queda no emprego de 66,05%, 63,50% e 75,57%, respectivamente. No que se refere às remunerações nesse período supõe-se que na maioria dos subsetores o papel do sindicato combativo na região tenha sido importante no seu comportamento positivo, em direção oposta à do emprego.

Já no período pós 1999, especialmente entre os anos de 1999-2008, a trajetória de recuperação do emprego no ABC ocorreu basicamente em todos os subsetores da indústria, com exceção apenas da indústria de calçados. Então, não se pode sugerir uma tendência única para todos os subsetores, dado que a partir de 1999 a economia também foi marcada por alguns períodos de dificuldades<sup>15</sup> que acabou impondo novamente algumas restrições ao ciclo de crescimento da economia. Na perspectiva do mercado do emprego industrial, nota-se que o mesmo, de acordo com a Tabela 8, parece responder positivamente ao crescimento do PIB nacional, principalmente os subsetores ligados a indústria mecânica, a indústria de borracha, fumo e couro e à indústria de alimentos e bebidas. Quanto à remuneração, no período de 1999-2008, perdem mais os subsetores ligados à indústria de papel e gráfica, à indústria de borracha, fumo e couro e à indústria de alimentos e bebidas, quando as remunerações médias caem 50,42%, 48,09% e 48,67%, respectivamente.

---

<sup>15</sup> Impactada, por exemplo, pela queda nas Bolsas de Valores em 2007 e pela crise Imobiliária Americana (crise subprime) em 2008.

**Tabela 8** - Comportamento do emprego e da renda nos Subsetores da Indústria do ABC (1989/2008)

Subsetor	1989		1999		2008		1989-1999		1999-2008	
	Empreg.	Rem.	Empreg.	Rem.	Empreg.	Rem.	Empreg.(%)	Rem.(%)	Empreg.(%)	Rem.(%)
Ind min nao met	13.631	4,73	6.130	5,56	6.931	3,96	-55,03	17,41	13,07	-28,70
Ind metalúrgica	52.701	6,54	25.627	7,28	37.947	4,23	-51,37	11,31	48,07	-41,85
Ind mecânica	37.057	7,65	12.579	9,86	21.085	5,73	-66,05	28,94	67,62	-41,86
Ind Elet e comun	21.130	6,11	7.713	7,80	9.812	4,77	-63,50	27,57	27,21	-38,82
Ind Mat transp	117.935	8,35	56.799	13,46	72.819	9,71	-51,84	61,29	28,20	-27,88
Ind Mad e mobil	9.983	3,10	5.312	4,19	7.767	2,88	-46,79	35,23	46,22	-31,28
Ind Papel e graf	8.485	5,79	7.380	7,49	10.417	3,71	-13,02	29,47	41,15	-50,42
Ind Bor fum cour	22.709	5,61	11.274	9,05	18.626	4,70	-50,35	61,27	65,21	-48,09
Ind química	53.029	7,52	35.131	8,74	40.753	5,24	-33,75	16,22	16,00	-40,10
Ind têxtil	17.641	5,42	8.532	4,73	10.034	2,77	-51,64	-12,64	17,60	-41,37
Ind calçados	704	2,05	172	2,74	165	1,96	-75,57	33,66	-4,07	-28,64
Ind Alim e beb	8.328	3,87	11.110	5,40	19.096	2,77	33,41	39,48	71,88	-48,67

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/ MTE

Quando se trata de analisar o perfil dos trabalhadores a questão da escolaridade se apresenta como fundamental nessa análise na medida em que, nos últimos anos, a exigência de maior grau de escolaridade se tornou cada vez mais um parâmetro importante no processo de seleção e admissão nas empresas<sup>16</sup>. Para tanto, ao analisar a indústria do ABC, segundo os dados da Tabela 9, observa-se uma queda na participação dos empregados com baixa escolaridade (até o fundamental completo) no total dos empregados e consequentemente tem-se um aumento da participação dos trabalhadores com maior escolaridade. Em 1989, 74,07% dos ocupados contavam com o ensino fundamental completo e no ano de 1999 e 2008 este percentual cai para 56,40% e 27,60%, respectivamente. A queda se deu principalmente em favor dos empregados com ensino médio (completo ou incompleto), fazendo com que a participação desses trabalhadores passasse de 16,56% em 1989 para 28,95% em 1999 e 54,60% em 2008. Cresce também a participação dos trabalhadores com ensino superior e com pós graduação (mestrado e doutorado), ou seja, de 8,93% em 1989 passou-se a contar com 14,65% em 1999 e 17,80% em 2008. Para além do esforço de maior escolarização por parte dos projetos implantados na região, entende-se que a elevação da escolaridade também tem relação com o acréscimo nos anos de estudo da população de forma geral, na maior exigência quanto à definição dos critérios de seleção por parte das empresas e também com a redução do emprego na indústria, que tendeu a preservar os mais escolarizados<sup>17</sup>.

No que se refere aos projetos visando a maior escolarização dos trabalhadores no ABC cabe salientar que os mesmos devem estar relacionados com as políticas de educação desenvolvidas pelas ações de concertação no âmbito do pacto territorial. Os acordos assinados

<sup>16</sup> Ver PAMPLONA (2002).

<sup>17</sup> Ver GOMES (2009), SABÓIA (2001), LEITE & POSTHUMA (1996) e ROSANDISKI (2002).

pelos membros da Câmara Regional tinham como perspectiva o fortalecimento da educação básica dos trabalhadores com ênfase na melhoria da educação e no aumento do grau da escolaridade dos jovens e adultos. Como exemplo de projetos executados nessa direção, cita-se o “Projeto Alquimia” como importante iniciativa da Câmara no que tange à qualificação e requalificação profissional; o Projeto “Mova” que se destinava à alfabetização de jovens e adultos com a perspectiva de erradicar o analfabetismo; e também a criação da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC) com o objetivo de contribuir para a transformação da região com o desenvolvimento de novas tecnologias, modelos de desenvolvimento mais amplo e formação da mão-de-obra na região. (SANTOS et al., 2001)

Mesmo observando a maior escolarização dos trabalhadores, os dados da Tabela 9 indicam que a estrutura produtiva da indústria no ABC gera emprego de pior qualidade quando se verifica que a maior qualificação exigida não é acompanhada por uma remuneração maior. Assim, no período de 1989 a 2008, assiste-se a uma significativa queda generalizada das remunerações, variando entre 22,34% a 62,82%.

**Tabela 9** - Os trabalhadores da Indústria do ABC segundo escolaridade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1989 - 2008)

Escolaridade	1989			1999			2008			B/A (%)	C/A (%)
	Emprego		Rem.(A)	Emprego		Rem.(B)	Emprego		Rem.(C)		
	Número	(%)		Número	(%)		Número	(%)			
Analfabeto	10319	2,83	5,85	1554	0,81	4,40	735	0,28	2,17	-24,71	-62,82
4ªser Incomp	44168	12,12	4,93	10485	5,50	6,41	5.413	2,08	3,66	29,96	-25,85
4ªser Comp	89945	24,68	5,78	24221	12,70	6,85	11.055	4,25	4,14	18,54	-28,30
8ªser Incomp	77597	21,29	5,17	30269	15,87	6,64	18.825	7,24	4,01	28,47	-22,34
8ªser Comp	47929	13,15	6,38	41032	21,52	7,45	35.773	13,75	4,55	16,76	-28,67
Até Fund. Comp.	269958	74,07	5,62	107561	56,40	6,35	71801	27,60	3,71	12,97	-34,04
2ºgr Incomp	28393	7,79	6,98	19192	10,06	7,05	21.434	8,24	3,91	1,08	-43,99
2ºgr Comp	31990	8,78	9,66	36007	18,88	9,57	120.596	46,36	4,67	-0,98	-51,67
Médio	60383	16,57	8,32	55199	28,95	8,31	142.030	54,60	4,29	-0,12	-48,45
Sup Incomp	13278	3,64	11,79	10042	5,27	13,68	13.097	5,03	8,06	16,03	-31,62
Sup Comp	19256	5,28	19,40	17897	9,38	22,94	32.907	12,65	14,08	18,26	-27,39
Mestrado	0	0	0	0	0	0	252	0,10	16,20	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	46	0,018	16,98	0	0
Superior e Pós	32534	8,93	7,80	27939	14,65	9,16	46302	17,80	13,83	17,42	77,40
Ignorado	1573	0,43	3,85	2	0,00	2,56	0	0	0	-33,67	-100
Total	364448	100	6,99	190701	100	9,31	260.133	100	5,87	33,09	-16,07

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/ MTE

De acordo com Gomes (2009), em muitas contratações observa-se que os níveis mais elevados de escolaridade são incompatíveis com as atividades executadas por muitos trabalhadores, ou seja, muitas vezes trabalhadores com maior escolaridade são contratados para a execução de funções que poderiam ser executadas por trabalhadores com menor nível de escolaridade

## 5 – Considerações Finais

A partir de 1999, diferente do período anterior, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico médio, os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil demonstram certa interrupção na sua trajetória de queda, sendo possível identificar um movimento de recuperação da ocupação e do emprego no setor industrial brasileiro, visível também no âmbito do Grande ABC Paulista. De certa forma, pode-se afirmar que esse período coincide com a consolidação das estruturas de governança criadas no âmbito do ABC decorrente da criação da Agência de Desenvolvimento Econômico ABC em outubro de 1998, sendo a terceira instituição criada no processo de concertação da região.

Nesse período, diferente do anterior, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico, os dados sobre o mercado demonstram que também no ABC há um movimento de recuperação das ocupações e do emprego no setor industrial. De certa forma este comportamento parece guardar relação com o esgotamento do processo de modernização empreendido nos anos de 1990, quando a fábrica já “enxuta” permite que qualquer variação na produção passe a redundar em aumento de postos de trabalho.

Entretanto, entre os anos de 1999 e 2008 verifica-se que a realidade da economia brasileira parece não ser replicada para o estado de São Paulo e muito menos para o ABC. Verifica-se que em meio a um processo de consolidação de políticas e iniciativas para criação e manutenção dos postos de trabalho, o crescimento do emprego formal, principalmente no ABC, não foi suficiente para repor as vagas eliminadas na crise e, portanto, não consegue atingir em 2008 os patamares dos empregos registrados no final da década de 1980 e início da década de 1990. Assim, mesmo reconhecendo a importância do pacto territorial no ABC criando as instâncias regionais de concertação com a perspectiva de buscar alternativas para a crise, especialmente do emprego industrial, observa-se que há limites no âmbito local ao mesmo tempo em que obriga a manutenção desse tema como uma questão importante na composição da agenda econômica desse território.

Nesse sentido, o enxugamento realizado pelo setor industrial e a evidência da adoção de um novo padrão tecnológico e organizacional poupador de mão-de-obra derivado da reestruturação produtiva apontam para a necessidade de pensar alternativas para além da indústria na perspectiva de reduzir o tempo de desemprego.

Com relação ao comportamento da remuneração média no ano em salários mínimos, segundo setores de atividade econômica no Brasil, em São Paulo e no ABC observa-se que até 1999 a redução dos postos de trabalho era acompanhada por um aumento na remuneração

média dos trabalhadores de forma geral em todas as localidades analisadas. A partir de 1999 a mudança positiva na trajetória do emprego, de forma contrária, é acompanhada por uma significativa queda em todas as remunerações médias, independente da localidade, sendo mais expressiva para os trabalhadores do ABC. Nesse sentido, embora a organização sindical e as instituições regionais cumpram papel importante na busca de alternativas para os problemas enfrentados no mercado de trabalho na região, a hipótese é que a queda das remunerações é mais acentuada devido ao reflexo de uma crise que aqui no ABC se apresenta também de forma mais acentuada, principalmente pelo seu caráter poupador de mão-de-obra.

Ao analisar o comportamento do emprego formal na indústria, principalmente pós 1999 segundo tamanho do estabelecimento, nota-se que o aumento dos postos de trabalho na indústria do ABC ocorreu de modo especial nas micro e pequenas empresas enquanto tendência de avanço do processo de externalização de atividades por parte das grandes empresas, contribuindo para a precarização do mercado de trabalho na medida em que nessas empresas vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações. Assim, os dados mostram que o movimento para as empresas de menor porte foi acompanhado por uma queda generalizada das remunerações e que nas grandes empresas as remunerações continuavam bastante superiores.

Nesse sentido, reconhece-se que o movimento dos trabalhadores em direção as empresas de pequeno porte está relacionado também com o papel da Agência de Desenvolvimento Econômico na região. Desde a sua criação a Agência desenvolve atividades de apoio e fomento às atividades empresariais, com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas por meio da captação e do repasse de recursos para financiamento de projetos prioritários ao desenvolvimento da região.

Com relação à escolaridade, verifica-se uma queda na participação dos empregados com baixa escolaridade no total dos empregados, permitindo também salientar que a maior escolarização dos trabalhadores no ABC deve estar relacionada com as políticas de educação desenvolvidas pelas ações de concertação no âmbito do pacto territorial. Mesmo observando a maior escolarização dos trabalhadores, os dados indicam que a estrutura produtiva da indústria no ABC gera emprego de pior qualidade quando se verifica que a maior qualificação exigida não é acompanhada por uma remuneração maior.

Entretanto no ABC, mesmo com todas as dificuldades enfrentados pelo setor industrial na região, principalmente no que se refere à questão do desemprego, os dados analisados indicam que o setor industrial ainda continuou tendo um papel central na dinâmica e na geração de riqueza e emprego na região, ao mesmo tempo em que também continuava tendo a

sua importância na estrutura industrial do estado de São Paulo e do país. Portanto, a questão central da indústria não estava na ausência de ganhos de competitividade, e, conseqüentemente, de crescimento econômico, mas na sua incapacidade de estar gerando empregos, sobretudo os de qualidade. Dessa forma, entende-se que o problema da região não era um problema de desindustrialização, mas um problema de redução na capacidade de geração de emprego na indústria, tornando-se necessárias políticas que, além de buscar a melhoria de condições para garantir a competitividades das empresas, também deveriam ter como propósito a reabsorção dos trabalhadores para além do setor industrial.

## 6 - Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (e Crise) do Sindicalismo No Brasil (1978-1998)*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 15, P. 111-124, Nov, 2000a.

\_\_\_\_\_. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Pontes, 1995b.

ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro- Os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, Paulo, KREIN, J.D. e MORETTO, A. O emprego Formal nos anos recentes. In: *Carta Social e do Trabalho*. CESIT/UNICAMP, n.3, Jan./abr., 2006.

BOAVENTURA, J. Experiências com a Terceirização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CAMARGOS BORGES, M. M.. *Pacto Territorial e Emprego na Indústria do Grande ABC Paulista (1990-2008)*. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade federal de Uberlândia – UFU (Tese de Doutorado), 2011.

CARELLI, R.L. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T.(org.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CENSO INDUSTRIAL. IBGE, 1985.

CHAHAD, J.P.Z. & ZOCKUN, M.H. *A dimensão e as formas de terceirização no Brasil*. São Paulo: FIPE/ MTE,2002.

DEDECCA, C.S e ROSANDISKI, E. N. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregalidade”. In: *Carta Social e do Trabalho*. CESIT/UNICAMP, n.3 - Jan/abr, 2006.

Diário do Grande ABC de 18/12/2009. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5784367/economia-do-grande-abc-cresce-53-8-em-cinco-anos.aspx>. Acesso em 30/08/2010.

GOMES, Darcilene C. *Estrutura Produtiva e Emprego Industrial no Brasil dos Anos 90*. Campinas: IE - UNICAMP, 2009. (Tese de doutorado).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

KLINK, J. J. e LÈPORE, Wendell C. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista – São Paulo uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. In: *Revista ECCO* da Faculdade de Economia e Ciências Contábeis da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo - SP, Ano I, n.1, 2º semestre de 2006, p. 69-90.

LEITE, M.P. & POSTHUMA, A.C. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol.10, nº 1, 1996.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Negociação Coletiva e Contrato Individual de Trabalho* São Paulo: Atlas, 2001.

MATTEO, M. & TAPIA, J. R.. Características da Indústria Paulista nos anos 90: em direção a uma *city region*?. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 18, p. 73-93, Jun, 2002.

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Base de dados RAIS e RAIS MIGRA.

MOREIRA, Marcelo. *ABC vê retomada do emprego*. Gazeta do Estado de São Paulo de 27/05/2002. Página 4. Disponível em: <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2002/05/27/199/ABC-ve-retomada-de-emprego-industrial.html> . Acesso em 05/02/2009.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: *Rev. Economia Política*. vol. 30, n. 2, São Paulo Apr./June 2010.

PAMPLONA, João Batista Roman. *Estudo das Empresas Prestadoras de Serviços de Seleção, Agenciamento e Locação de Mão-de-obra do Grande ABC Paulista*. Documento preparado para a Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), São Paulo, fevereiro de 2002.

Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP), desenvolvida pela Fundação Seade/Dieese. Ano base: 1996 e 2001.

POCHMANN, M. (org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

POCHMANN, M.. Qualidade das ocupações no Brasil. In: *Carta Social e do Trabalho*. CESIT/ UNICAMP . n. 3, Jan/abr, 2006.

RODRIGUES, Iram J.O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995, p. 116-126.

\_\_\_\_\_.A trajetória do novo sindicalismo. In: Iram J. *O novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.



ROSANDISKI, E.N. *Modernização produtiva e estrutura do emprego formal nos anos 90*. Tese de doutorado, Instituto de Economia/ UNICAMP, 2002.

SABÓIA, J. A dinâmica da descentralização industrial no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Economia, 2001 (texto para discussão nº 452)

SANTOS, Adriana V. dos et al. (org). *Anos 90: um olhar sobre as políticas de industrialização no Estado de São Paulo*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH/ USP, 2001.

SANTOS, Anselmo L. *Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho*. In: Carta Social e do Trabalho. CESIT/ UNICAMP . n. 3 - Jan/abr, 2006.

SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria*. Brasília, DF. Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.